



Educação: Políticas, Estrutura e Organização 4

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização

4

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 4 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-305-7

DOI 10.22533/at.ed.057190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 4” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS MARCAS DOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS E AS TEORIAS DA APRENDIZAGEM EM UMA PRÁTICA DE ENSINO PROFISSIONAL	
Calinca Jordânia Pergher	
Lucas Billo Dias	
Thamille Pereira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0571903041	
CAPÍTULO 2	11
AS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS QUE NORMATIZAM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MEDIDA PROTETIVA NO BRASIL E O DIREITO À EDUCAÇÃO DOS/AS ACOLHIDOS/AS	
Daiane Lins da Silva Firino	
DOI 10.22533/at.ed.0571903042	
CAPÍTULO 3	23
AS POLÍTICAS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, DIDÁTICA E GESTÃO DEMOCRÁTICA NO COTIDIANO ESCOLAR	
Valdir Avelino de Paiva	
Luandson Luis da Silva	
Joel Nunes de Farias	
Elaine Cristina Meireles Silva	
Marizete Soares de Oliveira Santos	
Hosana Souza de Farias	
Aldair Viana Silva de Alcaniz	
DOI 10.22533/at.ed.0571903043	
CAPÍTULO 4	32
AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NAS CONCEPÇÕES NEOLIBERAIS	
Luandson Luis da Silva	
Joel Nunes de Farias	
Valdir Avelino de Paiva	
Elaine Cristina Meireles Silva	
Aldair Viana Silva de Alcaniz	
Marizete Soares de Oliveira Santos	
Hosana Souza de Farias	
DOI 10.22533/at.ed.0571903044	
CAPÍTULO 5	42
AS REDES SOCIAIS VIRTUAIS E A EDUCAÇÃO PARTICIPATIVA UMA VISÃO DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA	
Isis Nalba Albuquerque Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.0571903045	

CAPÍTULO 6	49
AS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA EDUCAÇÃO COMO METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM, NA ALFABETIZAÇÃO INFANTIL: O USO DO APLICATIVO “SILABANDO”, COMO RECURSO DIDÁTICO	
Mariana Oliveira de Oliveira Adriano Miranda dos Santos André Luiz Andrade Rezende Cíntia Damasceno Farias	
DOI 10.22533/at.ed.0571903046	
CAPÍTULO 7	64
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UMA ANÁLISE SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS	
Andreia Valeriano Figueredo Leandro Edilene Cristiano de Figueredo Valeriano Giovani Mendonça Lunardi Eliane Pozzebon	
DOI 10.22533/at.ed.0571903047	
CAPÍTULO 8	73
ATIVIDADES AQUÁTICAS E SEUS BENEFÍCIOS PARA CRIANÇAS COM AUTISMO: REVISÃO SISTEMÁTICA	
Weslley Alex da Silva Dionísio Mylli Ketwilly Ferreira dos Santos Amanda Aparecida de Lima Adriano Florêncio da Silva Pedro Lucena de Paula Carolina Lourenço Reis Quedas Dayana da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0571903048	
CAPÍTULO 9	85
ATIVIDADES RECREATIVAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM UMA ESCOLA PÚBLICA	
Evandro Jorge Souza Ribeiro Cabo Verde Lionela da Silva Corrêa Francianne Farias dos Santos João Otacilio Libardoni dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0571903049	
CAPÍTULO 10	97
AULAS PRÁTICAS COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NOS CONTEÚDOS DE DENSIDADE E MISTURAS	
João Victor Odilon da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05719030410	
CAPÍTULO 11	104
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ONLINE UTILIZADA EM AULAS PRESENCIAIS	
Daniela Veiga de Oliveira Najla Fouad Saghie Tiago Nascimento de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.05719030411	

CAPÍTULO 12 113

AVALIAÇÃO DA CONCEPÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE “LIXO” E “RESÍDUO” EM UMA ESCOLA DE REFERÊNCIA DA CIDADE DE VERTENTES/PE

Euarda do Nascimento Serra Sêca
Paloma Lourenço Silveira de Araújo
Juliana Thais da Silva Amaral
Ana Paula Freitas da Silva

DOI 10.22533/at.ed.05719030412

CAPÍTULO 13 124

AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Cláudia Costa dos Santos
Camyla Silva da Costa
Ronaldo dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.05719030413

CAPÍTULO 14 134

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO ENSINO PÚBLICO ESTADUAL DE MATO GROSSO (ADEPE), UMA EXPERIÊNCIA INICIAL

Gresiel Ramos de Carvalho Souza

DOI 10.22533/at.ed.05719030414

CAPÍTULO 15 143

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DE ESCOLARES DOS ANOS FINAIS SOBRE A COLETA SELETIVA DE LIXO

Tamiris Alves Rocha
Dayane de Melo Barros
Marllyn Marques da Silva
Cristiane Maria da Conceição
Gilvania Luana da Rocha Silva Neves
Gerliny Bezerra de Oliveira
Jardielle de Lemos Silva
Danielle Feijó de Moura

DOI 10.22533/at.ed.05719030415

CAPÍTULO 16 149

AVALIAÇÃO ESCOLAR EM GRUPOS INTERATIVOS: UM ESTUDO TEÓRICO DE PRÁTICAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS NOS ÚLTIMOS ANOS

José dos Santos Ferreira
Leonardo Alcântara Alves

DOI 10.22533/at.ed.05719030416

CAPÍTULO 17 162

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: O QUE DIZEM OS GESTORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS COM OS MELHORES RESULTADOS NO MUNICÍPIO DE CORURUPE/ALAGOAS

Jucicleide Gomes Acioli

DOI 10.22533/at.ed.05719030417

CAPÍTULO 18	173
AVALIAÇÃO, REPETÊNCIA E JUÍZO PROFESSORAL: UM DIÁLOGO QUALI-QUANTI	
<p>Maria de Lourdes Sá Earp Glauco da Silva Aguiar</p>	
DOI 10.22533/at.ed.05719030418	
CAPÍTULO 19	188
AVALIAÇÃO: PARA QUE TE QUERO? UM OLHAR VOLTADO PARA ALÉM DO EDUCAR E CUIDAR	
<p>Aline Dias Nascimento Rita de Cássia M. O. André</p>	
DOI 10.22533/at.ed.05719030419	
CAPÍTULO 20	197
BIOMASSA DE BANANA VERDE: CONSTRUÇÃO DE UMA CARTILHA EDUCATIVA COMO FERRAMENTA DE APOIO AO PRODUTOR RURAL	
<p>Bárbara Jardim Mariano Suzete Maria Micas Jardim Albieri</p>	
DOI 10.22533/at.ed.05719030420	
CAPÍTULO 21	202
BIOTECNOLOGIA: UTILIZAÇÃO DE MICRORGANISMOS PARA O PROCESSO DE BIORREMEDIAÇÃO EM AMBIENTES CONTAMINADOS - PERSPECTIVAS TECNOLÓGICAS	
<p>Emília Mendes da Silva Santos Isabela Regina Alvares da Silva Lira Ariosto Afonso de Moraes Adriene Siqueira de Melo Maria Gracielly Lacerda de Abrantes</p>	
DOI 10.22533/at.ed.05719030421	
CAPÍTULO 22	208
BRASIL – MOÇAMBIQUE, AFIRMANDO SINERGIA E RECONSTRUINDO IDENTIDADES PELA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO INTERNACIONAL ENTRE A UFRN E A UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA DE MOÇAMBIQUE	
<p>Marília do Vale Góis Pacheco Medeiros Adir Luiz Ferreira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.05719030422	
CAPÍTULO 23	219
BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SUA EVOLUÇÃO ATÉ A EAD	
<p>Joel Nunes de Farias Luandson Luis da Silva Valdir Avelino de Paiva Hosana Souza de Farias Elaine Cristina Meireles Silva Aldair Viana Silva de Alcaniz Marizete Soares de Oliveira Santos</p>	
DOI 10.22533/at.ed.05719030423	

CAPÍTULO 24	231
CAMINHOS DA HISTÓRIA 2.0: UMA PROPOSTA DE USO DE JOGOS DIGITAIS NA SALA DE AULA	
Adriano Miranda dos Santos André Luiz Andrade Rezende Cíntia Damasceno Farias Mariana Oliveira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.05719030424	
CAPÍTULO 25	240
CANTO DE MURO: UMA ABORDAGEM DE INVESTIGAÇÃO ZOOLOGICA NA OBRA DE CÂMARA CASCUDO	
Bruno de Paiva Rêgo Elineí Araújo-de-Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.05719030425	
CAPÍTULO 26	251
CARACTERIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA LÓGICO-MATEMÁTICA DOS ALUNOS DO IFRN <i>CAMPUS-MACAU</i>	
Marfisa Hyanchelle Cortez Costa Josivan Bonifácio Rocha de Almeida Micleydson Batista dos Santos João Batista Gomes Moreira Liliane Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05719030426	
CAPÍTULO 27	264
CASAS GAYS E FAMÍLIAS TRADICIONAIS: CONCEPÇÕES HISTÓRICO-EDUCATIVAS E DISCURSOS EXCLUDENTES	
Robson José de Oliveira Brito	
DOI 10.22533/at.ed.05719030427	
CAPÍTULO 28	273
COLEÇÕES BIOLÓGICAS: ALTERNATIVA PARA A CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO DE BOTÂNICA	
Nadja Larice Simão de Lacerda Rivete Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.05719030428	
CAPÍTULO 29	280
COMO SUPERAR AS DIFICULDADES DO ENSINO DE FÍSICA CONTEMPORÂNEO POR MEIO DE MÉTODOS DIFERENCIADOS	
Daiane Maria Medeiros da Silva Hérika Rafaella Soares da Silva Ana Maria Torres da Silva Regiane Marta Cassimiro de Farias Lidiane Maria Omena Silva Leão	
DOI 10.22533/at.ed.05719030429	

CAPÍTULO 30 287

COMPARAÇÃO ENTRE AS PROVAS DO ENADE 2005 E 2008 DO GRUPO I:
COMPOSIÇÃO DAS HABILIDADES PELA TEORIA C.H.C

Andreia Silva da Mata

DOI 10.22533/at.ed.05719030430

CAPÍTULO 31 297

CONFRONTANDO AVALIAÇÕES SOB UMA VISÃO MULTICULTURAL:
EXPANDINDO PRÁTICAS QUE ELEVAM O CONHECIMENTO, NÃO QUE O
BLOQUEIAM

Aldnir Farias da Silva Leão

DOI 10.22533/at.ed.05719030431

SOBRE A ORGANIZADORA..... 304

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UMA ANÁLISE SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

Andreia Valeriano Figueredo Leandro

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil,
andreiavalorianof@gmail.com,

Edilene Cristiano de Figueredo Valeriano

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil,
edilenevaleriano@gmail.com

Giovani Mendonça Lunardi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil,
giovaniunir@gmail.com,

Eliane Pozzebon

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, eliane.
pozzebo @ufsc.br

RESUMO: Neste artigo é apresentado uma reflexão sobre a utilização das salas Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas públicas no Brasil. O tema engloba o uso da Tecnologia Assistiva para a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais e representa um grande desafio para uma sociedade, na qual a dignidade humana permanece camuflada entre olhares e sorrisos preconceituosos. As salas AEE possuem todos os equipamentos disponibilizados pelo programa do Ministério da Educação e Cultura, contudo, observa-se que alguns estabelecimentos de ensino não estão cumprindo as referidas orientações e políticas de educação inclusivas. Neste trabalho propõe-se um levantamento sobre o uso da tecnologia

assistiva nas salas AEE, onde será aplicado um questionário para identificar as características das salas e a usabilidade das tecnologias pelos professores.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, inclusão, tecnologia assistiva, Atendimento Educacional Especializado.

SPECIALIZED EDUCATIONAL ASSISTANCE: AN ANALYSIS ON THE USE OF ASSISTIVE TECHNOLOGIES

ABSTRACT: This study aims to discuss the use of Specialized Educational Assistance (AEE) rooms in public schools in Brazil. This subject encompasses the use of Assistive Technologies for the inclusion of students with special needs and represents a great challenge for our society, in which human dignity remains camouflaged between biased looks. The AEE rooms have all the equipment provided by the program of the Ministry of Education and Culture (MEC). However, some educational institutions are not complying with such inclusive education policies and guidelines. This study proposes a survey on the use of assistive technologies in AEE rooms through the application of a questionnaire that seeks to identify characteristics of the rooms and how teachers make use of the available assistive technologies.

KEYWORDS: Education, inclusion, assistive

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) são de grande relevância para a sociedade, escola e família, pois vem assegurar a inclusão e proporcionar o desenvolvimento intelectual e social às pessoas com necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculadas no ensino regular (público-alvo do AEE), o que significa um grande avanço para o Brasil tornar-se um país inclusivo.

Um apoio necessário para auxiliar as pessoas com necessidades especiais, segundo Cezario e Pagliuca (2007), é a criação de Tecnologia Assistiva (TA), entendida como todos e quaisquer recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência. A principal função das TAs é gerar acessibilidade, qualidade de vida e inclusão, a fim de proporcionar maior possibilidade de independência, locomoção, educação e saúde.

O objetivo desta pesquisa é realizar um levantamento sobre o uso das tecnologias assistivas nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas unidades escolares. Busca-se, também, reconhecer a importância dessa iniciativa para o desenvolvimento do aluno com necessidades especiais. A metodologia utilizada será exploratória e qualitativa, onde será aplicado um questionário para identificar os dados das salas de AEE e a usabilidade das tecnologias pelos professores.

Este artigo está organizado com uma seção introdutória, uma segunda seção, na qual são apresentados os fundamentos teóricos e a influência do AEE na educação de pessoas com necessidades especiais; na seção 3, apresentam-se informações sobre as salas do AEE; na seção 4, trata-se das Tecnologias Assistivas e seus conceitos; a seção 5 trata do público atendido nas salas do AEE, bem como das Leis do Brasil que regem as Salas do AEE e as TA; a seção 6 trata das políticas públicas sobre inclusão; na seção 7, são apresentados os resultados obtidos e sua discussão; por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 | A INFLUÊNCIA DO AEE NA VISÃO DE UMA PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS

O reconhecimento da pessoa com necessidade especial é um grande desafio para a comunidade em geral. Mesmo com políticas públicas que proporcionam acesso a universalização, a inclusão não acontece, de fato, em muitos lugares. Mas por que motivo isso ainda não acontece em pleno século XXI? Uma das possíveis respostas a essa pergunta está no desconhecimento ou desinteresse das pessoas que coordenam

práticas educacionais descontextualizadas do cotidiano educacional, ou mesmo na falta de profissionais capacitados.

Minimizar o preconceito que as pessoas com necessidades especiais sofrem e proporcionar uma sociedade mais igualitária é função dos profissionais que trabalham nas salas do AEE, de modo a proporcionar aos portadores de deficiência condições de viver em uma sociedade com igualdade para todos. Sendo assim, o profissional do AEE é capacitado para contribuir com a aprendizagem e desenvolvimento do público atendido (Rodrigues, 2013). A percepção de mundo é individual, ou seja, pertence à pessoa que a construiu na mente consciente; e é, portanto, única e dinâmica (Alves, 2012, p. 23).

Ressignificar a inclusão na sociedade possibilita uma nova perspectiva de vida para um indivíduo com deficiência, e é de suma importância em uma sociedade na qual os direitos humanos são assegurados por leis. Devemos, portanto, reconhecer que todo ser humano tem necessidades diferenciadas, e uma pessoa portadora de necessidades especiais tem suas peculiaridades. Reconhecer o portador de necessidades especiais na sociedade, oportunizando acesso qualitativo, é de fundamental importância para assegurar uma educação de qualidade e inclusiva. Pois, “não se nasce com as habilidades humanas, elas existem apenas potencialmente ao nascer e devem ser aprendidas diariamente, o que custa tempo e esforço” (Alves, 2012, p. 37).

Toda criança portadora de deficiência tem potencial, assim como qualquer outra, sendo que seu desenvolvimento depende de estímulos e oportunidades na família e na escola, bem como da participação ampla e incondicional na sociedade. O AEE entra como mediador, capaz de transformar a realidade em oportunidades, fazendo um grande elo entre o aluno com necessidades especiais e a sociedade.

3 | AS SALAS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Oportunizar uma educação de qualidade é dever do Estado e direito de todos os cidadãos, sem que haja quaisquer forma de distinção, e é de fundamental importância para formar uma sociedade inclusiva. Para atender alunos com necessidades especiais, foram criados os AEEs, Oportunizar uma educação de qualidade é dever do Estado e direito de todos os cidadãos, sem que haja quaisquer forma de distinção, e é de fundamental importância para formar uma sociedade inclusiva. O Serviço da Educação Especial que identifica, elabora, e organiza os recursos pedagógicos de acessibilidade. Sua função é eliminar obstáculos para a plena participação dos alunos na sociedade, sem que o mesmo possa ser confundido com reforço escolar.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) disponibiliza às escolas públicas de ensino regular um conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de Atendimento Educacional Especializado.

A Secretaria Estadual Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) implementou as salas de recursos multimídia, com o compromisso de os estados e municípios entrarem com os espaços físicos e os profissionais capacitados que irão atuar nas mesmas. Para o Ministério da Educação (Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009), cabe ao sistema de ensino a seguinte contrapartida: disponibilização de espaço físico para implantação dos equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade, bem como do professor com formação inicial e específica da área para atuar no AEE.

3.1 O profissional do AEE

De que maneira o Atendimento Educacional Especializado está realmente acontecendo e qual é a formação desse profissional? A Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, em seu Art. 9º, descreve como o profissional deve elaborar e executar o plano de ação com a participação das famílias, junto dos demais serviços setoriais da saúde, assistência social e outros.

Com base nessa premissa, percebe-se que é de suma importância ter um profissional capacitado para trabalhar nas salas do AEE, pois assim torna-se possível um monitoramento e melhor uso das Tecnologias Assistivas. O profissional da educação deve estar em constante formação e familiarizado como o meio tecnológico, e deve buscar desenvolver uma aprendizagem mais significativa para o aluno público-alvo do AEE. A inclusão somente acontecerá de fato se houver profissionais com aptidão pedagógica, que façam o uso da tecnologia no processo ensino-aprendizagem e utilizem esses conhecimentos a favor de uma educação de qualidade.

As pessoas com necessidades especiais têm condições de serem alfabetizadas e viverem em sociedade, mas, para que isso realmente aconteça, os profissionais capacitados devem garantir o uso correto das salas do AEE e da TA. Esses recursos devem ser usados pelo profissional para alfabetizar, permitindo que o aluno portador de necessidades especiais se desenvolva familiarizado com a tecnologia. É necessário um aperfeiçoamento para se tornar um professor inclusivo e tecnológico, capaz de reconhecer que as tecnologias são ferramentas que facilitam o aprendizado e proporcionam acesso ao conhecimento. Conforme orienta Barbosa (2005), é necessário atualizar-se, desequilibrar-se, readaptar-se ao novo, ao desconhecido, ao que gera insegurança.

3.2 O público atendido nas salas do AEE

Os profissionais das salas especializadas devem conhecer o público a ser atendido e é de fundamental importância reconhecer as características de cada aluno para um correto atendimento no AEE. De acordo com a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação e Cultura - MEC (2010), o professor do AEE tem como função realizar esse atendimento de maneira complementar ou suplementar à escolarização,

considerando as habilidades e as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial. Mas quem são os alunos atendidos nas salas do AEE?

- a. Alunos com deficiência (impedimento de natureza física, intelectual, mental ou sensorial);
- b. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento (alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, Rett, transtorno desintegrativo da infância [psicoses] e transtornos invasivos sem outra especificação);
- c. Alunos com altas habilidades/superdotação (os que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano). (Secretaria de Educação Especial – MEC, 2010).

Reconhecer e compreender as peculiaridades de cada deficiência, bem como respeitar a individualidade de cada aluno, é de extrema relevância para o planejamento de cada ação a ser desenvolvida. Dessa forma, o profissional do Atendimento Educacional Especializado poderá fazer uso das Tecnologias Assistivas como aliadas no processo de ensino-aprendizagem.

A evolução tecnológica tem objetivo de tornar a vida das pessoas mais fácil e simplificar as ações do cotidiano. Recursos como computadores, celulares, controle remoto, relógio e automóveis facilitam o desempenho de nossas atividades pretendidas. De acordo com Radabaugh (1993), “para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis”. Assim sendo, as Tecnologias Assistivas fazem uso dos mais variados recursos para auxiliar o aluno público-alvo do AEE.

4 | TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

A denominação *Assistive Technology* surgiu nos Estados Unidos com a Public Law 100-407. No Brasil, o termo, traduzido para Tecnologia Assistiva, foi criado em 1988 como um importante elemento jurídico dentro da legislação (Radabaugh et al, 2017). A fim de elaborar um conceito de tecnologia assistiva que pudesse subsidiar as políticas públicas brasileiras, os membros do CAT fizeram uma profunda revisão no referencial teórico internacional.

A evolução tecnológica tem objetivo de tornar a vida das pessoas mais fácil e simplificar as ações do cotidiano. Recursos como computadores, celulares, controle remoto, relógio e automóveis facilitam o desempenho de nossas atividades pretendidas. De acordo com Radabaugh (1993), “para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis”. Assim sendo, as Tecnologias Assistivas fazem uso dos mais variados recursos para auxiliar o aluno público-alvo do AEE.

Os recursos em questão podem variar de uma simples bengala até um complexo sistema computadorizado. Estão incluídos brinquedos e roupas adaptadas,

computadores, softwares e hardwares especiais, que contemplem questões de acessibilidade, dispositivos para adequação da postura sentada, recursos para mobilidade manual e elétrica, equipamentos de comunicação alternativa, chaves e acionadores especiais, aparelhos de escuta assistida, auxílios visuais, materiais protéticos e diversos de outros itens confeccionados ou disponíveis comercialmente (Radabaugh et al, 2017).

Usar as tecnologias assistivas nas salas de AEE é obter uma alternativa para que o aluno realize suas atividades satisfatoriamente (Bersch, 2006). Precisamos valorizar o potencial do aluno atendido nas salas do AEE e aumentar suas capacidades de ação e interação, a fim de desenvolver suas habilidades. Todos os temas abordados nesta seção estão assegurados na legislação brasileira vigente, conforme pode-se observar na seção a seguir.

5 | A LEGISLAÇÃO DAS SALAS DE AEE

Reconhecer uma pessoa com necessidades especiais em sua dignidade significa identificar e valorizar os direitos inerentes aos seres humanos. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, e garantir uma educação de qualidade é o papel fundamental da sala do AEE, assegurando assim o que está em Leis (MEC/SECADI). Para o Estatuto de Criança e do Adolescente (ECA) , Lei N° 8.069 de 13 de julho de 1990, Art.11. §1° (2009, p. 22), “a criança e o adolescente portador de deficiência receberão atendimento especializado”.

Todas as crianças têm direito a uma vida social e a uma educação de qualidade, por meio das quais ela possa obter uma vida digna livre de preconceitos. O ECA, Lei N° 8.069 de 13 de julho de 1990, Art.15. (2009, p. 23) também acrescenta que a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição.O papel da sala do AEE é diminuir ou eliminar a lacuna entre a sociedade e a pessoa com necessidades especiais, assegurando o cumprimento da legislação. O Portador de Necessidades Especiais está assegurado na Constituição Federal desde 1988, em seu artigo 205, que ampara os deficientes com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas comuns do ensino regular. Para que realmente essas e outras leis venham a ser cumpridas, como forma de inclusão, o MEC especificou, na Resolução n° 4 de 02/10/2009, em seu Art. 10, que faz referência ao Projeto Pedagógico da Escola (PPE).

O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização: I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e

equipamentos específicos; II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola; III – cronograma de atendimento aos alunos; IV – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; V – professores para o exercício da docência do AEE; VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção; VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.

O AEE deve promover a acessibilidade de maneira a atender as necessidades educacionais dos estudantes, sempre com foco na especificidade de cada aluno público-alvo. Conforme a Resolução nº 4, de 2/10/2009, em seu Art. 12, para a atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite no exercício da docência e formação específica para a Educação Especial. Com base em todos esses pontos, a nota técnica nº 04/2014, o MEC, a SECADI e o DPEE reforçam o papel do poder público e a importância da sala do AEE para o desenvolvimento intelectual e social do portador de necessidades especiais.

6 | UMA NOVA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO

Perante as políticas públicas brasileiras e os movimentos que abrangem os direitos humanos, foram criadas normas referentes à educação especial e às salas de AEE, com leis específicas ao atendimento do seu público, de forma a complementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino regular (Resolução CNE/CEB, nº 4 de 2/10/2009). A partir dessa perspectiva, as salas do AEE devem ser reinventadas com foco em seus objetivos e com um maior controle por parte dos órgãos responsáveis, contribuindo assim para eliminar as barreiras que prejudicam a participação plena do educando no processo de aprendizagem.

O Proinfro (2007), em seu Decreto nº 6.300, torna obrigatório promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação (TIC) nas redes públicas de educação básica. Caso isso não seja cumprido, ficará cada vez mais difícil manter a atenção dos alunos com necessidades especiais em salas de aulas e avaliações tradicionais. Segundo Palanga (2015), é fundamental que o ser humano (aluno/pessoa com deficiência física ou intelectual) esteja integrado à sociedade, absorvendo cultura, socialização e linguagem. Assim, será possível promover seu desenvolvimento social e intelectual, considerando que sem essa interação, não há desenvolvimento do aluno. Para Pietro, Trevisan, Danezi e Falkembach (2004), as novas tecnologias forçam a adaptação ao meio e ao ambiente social, motivo pelo qual se faz necessária a inserção das TAs como apoio à educação de alunos portadores de deficiência.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo dessa pesquisa foi propor uma reflexão a respeito do AEE e suas vertentes voltadas aos alunos com necessidades especiais. Conclui-se que o ponto essencial nas salas de AEE é promover um atendimento direcionado às peculiaridades de cada aluno a ser atendido. Para isso, é necessário que o profissional da área tenha formação adequada, conforme exigido em Lei, a fim de pôr em prática os recursos disponíveis pelas TAs. Diante desses entraves, o professor capacitado e comprometido é parte fundamental para que as salas do Atendimento Educacional Especializado e as tecnologias assistivas sejam utilizadas de maneira responsável, garantindo assim que ocorra a inclusão social e tecnológica.

REFERÊNCIAS

Alves, J. B. M. (2012). **Teoria Geral de Sistemas**. Florianópolis: Instituto Stela.

Assistiva Tecnologia e Educação. (2018). **O que é Tecnologia Assistiva?** Recuperado de <http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>.

Bersch, R. (2017). **Introdução a Tecnologias Assistivas**. In Schirmer, C. et al. Atendimento Educacional Especializado. Brasília, DF: SEESP/MEC.

Cezario, K. G., & Pagliuca, L. M. F. (2007). **Tecnologia Assistiva em Saúde para cegos: enfoque na prevenção de drogas**. Esc Anna Nery Rev Enferm, 11 (4), 677-681. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ean/v11n4/v11n4a19.pdf>.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). **Art. 208**. Recuperado de <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650040/artigo-208-da-constituicao-federal-d>.

Lei federal 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

MEC & SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192.

Ministério da Educação. **Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica**. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192.

Ministério da Educação. **Principais Ações e Programas de responsabilidade do Ministério da Educação no PPA 2012-2015**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoas>.

Ministério da Educação. **Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoas?id=17430>.

Palangana, I. C. (2015). Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski: **A relevância do**

Social. 6 ed. São Paulo: Summus.

Pietro, L. M., Trevisan, M. C. B., Danezi, M. I., Falkembach, G. A. M. **Uso das tecnologias digitais em atividades didáticas nas séries iniciais.** Recuperado de http://penta3.ufrgs.br/midiasedu/modulo13/etapa1/leituras/arquivos/Artigo3_1.pdf.

Programa Nacional de Informática na Educação – Proinfo. (2018). Recuperado de <http://www.fnnde.gov.br/programas/programa-nacional-de-tecnologia-educacional-proinfo>.

Radabaugh, P. et al. (2007). **Technology for access and function.** Recuperado de http://www.ncddr.org/rpp/techaf/lrp_ov.html.

Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. (2009). **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Brasília, DF: Ministério da Educação. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf.

Rodrigues, Maria de Jesus Lima. **Atendimento Educacional Especializado: Tecnologias na Educação. (2013).** Recuperado de: <https://jus-tecnologias-edu.blogspot.com/2013/07/o-papel-do-professor-do-atendimento.html>.

Secretaria De Educação Especial – MEC. (2010). **Manual de orientação: programa de implantação de Sala de Recursos Multifuncionais.** Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-305-7

